

AS ÁGUAS DO NORDESTE E O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

JOÃO SUASSUNA *

1. UMA SUCESSÃO DE PROJETOS FRACASSADOS

Já é sabido pelo povo brasileiro que o Brasil é um país pródigo na realização de algumas de suas obras públicas. Os “elefantes brancos”, assim chamados devido à falta de planejamento, vêm se acumulando em todo território nacional, clamando por iniciativas de conclusão por representarem, além de enormes prejuízos ao erário público, desrespeito ao cidadão brasileiro, especialmente o nordestino, que necessita de obras estruturadoras na região para promoção do seu desenvolvimento.

Alguns desses exemplos podem ser atestados pela matéria do **Diário de Pernambuco** de 26 de novembro de 2004, intitulada “*Interesse Político no Combate à Seca*”, e em notícias veiculadas na internet sobre o abastecimento de Fortaleza (CE) através do Canal do Trabalhador. A notícia do **Diário** demonstra a importância de se fazer bom uso das águas existentes na Paraíba, aduzindo-as da represa de Coremas para a irrigação do município de Souza, através do projeto denominado *Várzea de Souza*, e revela, ao mesmo tempo, o descaso havido nesse mesmo projeto com o uso do dinheiro público, numa obra marcada por disputas pelo poder político local, decorrentes da rivalidade existente entre o ex-governador da Paraíba, José Maranhão, e o senador Ronaldo Cunha Lima, pai do atual governador.

A iniciativa da realização desse projeto partiu do ex-governador José Maranhão, que o considerava a *menina dos olhos* do seu governo, por entender a importância de serem utilizadas prioritariamente as fontes hídricas já disponíveis no Estado através de uma política coerente de uso de suas águas interiores. Maranhão investiu cerca de R\$ 105 milhões no projeto *Várzea de Souza*, metade dos quais na construção de 37 quilômetros do Canal da Redenção, objetivando a adução de parte das águas daquela represa até Souza, para a irrigação de cerca de 5 mil hectares. Além do mais, com vistas a auxiliar na infra-estrutura do projeto, foram investidos mais R\$ 55 milhões na construção de barragens auxiliares e na aquisição de bombas e tubos. Com tais ações, o governo de José Maranhão deixou pronta a irrigação de 1.320 hectares em uma primeira fase, faltando apenas a continuidade dos investimentos e a necessária vontade política por parte do seu sucessor no governo para a conclusão das obras.

Lamentavelmente, passados cerca de dois anos, o atual governador da Paraíba não deu a menor prioridade às ações do referido projeto, o que resultou na não realização da licitação dos lotes a serem irrigados, em avarias no canal construído e em vandalismos na rede de alta tensão. Por enquanto, a água que é conduzida no canal serve apenas para abastecer o pequeno povoado de Aparecida e para algumas poucas captações, a maioria irregular. Em suma, hoje o projeto encontra-se entregue à dura sorte.

Outro caso é o Canal do Trabalhador, obra construída às pressas pelo então governador do Ceará, Ciro Gomes, no início da década de 1990, para a solução dos graves problemas de abastecimento da população metropolitana de Fortaleza. Com 110 km de extensão e capacidade para transportar 5 m³/s de água aduzidos do rio Jaguaribe, equivalentes a 70% do consumo da população da capital cearense, o canal encontra-se praticamente inoperante e sem cumprir os objetivos para os quais foi construído: irrigar 40 mil ha em suas margens e auxiliar no abastecimento da Grande Fortaleza.

Segundo informações disponíveis, o projeto teve vida curta pois só operou durante sete meses, evitando o colapso no abastecimento daquela capital nordestina. Com as fortes chuvas ocorridas em 2004, os açudes cearenses voltaram a encher e o canal passou a não ter mais a importância demonstrada na época de sua construção. Atualmente, a manutenção do canal se restringe à água bombeada do açude de Pacajús, despejada por um tubo plástico no seu leito, para uso na irrigação de uma fazenda particular, e a uma área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), evitando-se assim que venha a secar e sofrer danos estruturais com as altas temperaturas existentes no local. Essa subutilização do canal decorreu dos bons resultados alcançados pelo programa de interligação de bacias existente no Ceará, que solucionou possíveis desabastecimentos através do seu pronto suprimento com águas oriundas de outras bacias da região em condições de fornecimento, o que, de resto, deveria ser seguido pelos demais Estados da região semi-árida.

A situação dos projetos acima referidos é a cara do nosso país. Diante das constatações de falta de planejamento e da existência de “pendengas políticas”, *preocupa-nos o fato de não terem prosperado projetos que objetivavam o uso coerente das águas existentes em Estados considerados receptores das águas do Projeto de Transposição do rio São Francisco*. A ausência de uma política adequada de gerenciamento hídrico, aliada à falta de vontade política, certamente prejudicou o andamento das ações desses projetos nas referidas regiões. Essas questões nos fazem refletir sobre a possibilidade desses problemas voltarem a ocorrer com o uso das águas do Velho Chico. Quem irá garantir que um canal que leve água do rio São Francisco para o Semi-Árido nordestino não irá ter a mesma sorte (ou azar) dos canais da Paraíba e do Ceará?

Os embates políticos e a carência de um adequado planejamento e gerenciamento das águas existentes na região são componentes de uma receita que tem prejudicado o desenvolvimento do Nordeste. A persistir essa falta de respeito para com a coisa pública, o meio-ambiente e a vida do cidadão nordestino, a milionária obra da Transposição em nada irá contribuir para a solução dos problemas hídricos do Nordeste, representando um benefício apenas para os autores do projeto e para as empreiteiras encarregadas de sua construção.

2. ALGUNS DETALHES DA TRANSPOSIÇÃO

É interessante detalhar algo do projeto a fim de erigirmos uma crítica consistente. Um dos principais objetivos da Transposição do rio São Francisco é possibilitar a segurança hídrica da região Nordeste, o que está sendo chamado de *sinergia* dos seus principais reservatórios. A idéia das autoridades consiste em abastecer esses reservatórios com as águas do Velho Chico e dar-lhes possibilidade de manter os volumes necessários ao pronto atendimento das demandas hídricas da região. Entendemos que esse processo é desnecessário, ambientalmente danoso e demasiadamente caro diante das possibilidades existentes de acesso ao precioso líquido em cada um dos Estados nordestinos. Além do mais, qual seria a solução mais viável para o problema de abastecimento de água no Nordeste em termos técnicos e econômicos? Utilizar as águas já existentes na região, através de uma política adequada de gerenciamento desses recursos, ou retirá-las das margens do rio São Francisco, a 500 km de distância, para o abastecimento de boa parte de sua população? Na nossa ótica, a primeira alternativa é a mais sensata.

De acordo com a Embrapa, do total de precipitação pluviométrica anual no Nordeste, estimado em cerca de 700 bilhões de m³, 642 bilhões são consumidos pelo fenômeno da evapotranspiração e outros 36 bilhões são despejados no mar, em virtude do intenso escoamento superficial existente. O que resta desses quantitativos volumétricos é algo em torno de 22 bilhões de m³, os quais efetivamente são manejados pelos que habitam a região. A esse respeito, o geólogo nordestino Aldo Rebouças afirma em seus trabalhos que bastaria o aproveitamento de 1/3 dos volumes escoados e manejados para o efetivo abastecimento de toda população nordestina (hoje estimada em 47 milhões de pessoas), com uma taxa de 200 litros por pessoa/dia e para a irrigação de cerca de 2 milhões de hectares, com uma taxa de 7.000 m³ por hectare/ano. Na lógica de Rebouças, a água no Nordeste existe, faltando apenas seu indispensável gerenciamento para o atendimento das necessidades do povo.

A existência desses volumes é confirmada através do potencial acumulado nos açudes nordestinos. Estima-se em cerca de 70 mil o número de açudes no Nordeste, os quais acumulam um potencial de cerca de 37 bilhões de m³, considerado o maior volume represado em regiões semi-áridas do mundo. O doutor em recursos hídricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), João Abner Guimarães Júnior, avaliando as disponibilidades hídricas dos Estados que receberiam as águas do rio São Francisco (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), chegou à conclusão de que no Ceará, por exemplo, existe uma oferta hídrica potencial de 215 m³/s em suas bacias hidrográficas e uma demanda atual de 54 m³/s. No Rio Grande do Norte existe uma oferta potencial de 70 m³/s e uma demanda de 33 m³/s e, por sua vez, a Paraíba, um dos Estados mais problemáticos da região em termos de garantias hídricas, apresenta uma oferta potencial de 32 m³/s e uma demanda atual de 21 m³/s. Essas informações confirmam que não há escassez hídrica nos Estados receptores, não se justificando, portanto, o ingresso das águas do rio São Francisco para fins de abastecimento.

No tocante ao uso das águas das principais represas nordestinas, o Ceará tem-se destacado na região como um dos Estados mais ricos em termos de

reservas acumuladas em superfície, sendo pioneiro na interligação de suas bacias hidrográficas, trabalho esse que reputamos da maior importância e que deveria ser seguido pelos demais Estados do Nordeste. Detentor de cerca da metade dos volumes acumulados nas represas nordestinas, com cerca de 18 bilhões de m³ espalhados em 8 mil açudes, o Ceará vem manejando suas águas de forma coerente e abastecendo as populações de acordo com suas necessidades. Aí localizada, a maior represa do Nordeste, o Castanhão, com cerca de 6,7 bilhões de m³, resolveria sozinha todos os problemas de abastecimento da Grande Fortaleza e do Baixo Jaguaribe pelo período de gerações. Já o Rio Grande do Norte possui a segunda maior represa do Nordeste (Armando Ribeiro Gonçalves), com cerca de 2,4 bilhões de m³, capaz de abastecer toda a população potiguar nos próximos vinte anos.

Por seu turno, a Paraíba possui as represas Coremas e Mãe-d'água, que, juntas, acumulam um volume estimado em cerca de 1,3 bilhão de m³, resolvendo os problemas de abastecimento das populações de todo o sertão paraibano por um bom período de tempo. De acordo com José Patrocínio, consultor e professor aposentado da Universidade Federal de Campina Grande, a Paraíba possui o reservatório de Boqueirão, com capacidade máxima de acumulação de cerca de 438 milhões de m³, que abastece a cidade de Campina Grande e outras oito pequenas cidades vizinhas. A Região Metropolitana de Campina Grande passou por sérios problemas de abastecimento após o período de seca havido entre 1997 e 1999, agravados, ainda, pela falta de gestão do reservatório e da bacia do Alto Paraíba, com a implantação de sistemas de irrigação mal conduzidos (consumiam 1.000 l/s, no mínimo), além de uma descarga de fundo descontrolada de cerca de 200 l/s.

Tais problemas justificaram, na época, o Projeto de Transposição das Águas do rio São Francisco para o interior do reservatório do Boqueirão, através do Eixo Leste do projeto, proporcionando-lhe a sinergia hídrica necessária à garantia da água para o abastecimento da região. Resolvidos os gastos de água desnecessários, através de um gerenciamento coerente em toda a bacia, a represa se encontra, atualmente, com mais de 80% de seu volume preenchido e uma capacidade de regularização, com 100% de garantia, de 1.781 l/s. A população atual atendida pelo reservatório é de 470.000 habitantes, aproximadamente, dos quais 367.874 só em Campina Grande. Segundo a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), concessionária do serviço de abastecimento e esgotamento sanitário da Paraíba, a vazão bruta retirada do reservatório para abastecimento humano, à taxa de 200 litros por habitante por dia, oscila, hoje, em torno de 1.000 l/s. A projeção da demanda para 2023 (com uma população total de cerca de 530.000 habitantes) atingiria 1.512 l/s. Portanto, Campina Grande e os demais municípios vizinhos atendidos pela represa de Boqueirão têm água suficiente para beber pelo menos nos próximos dezesseis anos, não se justificando, portanto, a realização da Transposição do rio São Francisco para aquela região.

Finalmente, circulou na internet a informação de que as autoridades estão pretendendo estender as transferências das águas do São Francisco até o Estado do Piauí. Fala-se em resolver os problemas de abastecimento da

região de São Raimundo Nonato e beneficiar onze municípios vizinhos. Essa informação é absurda, se levarmos em consideração a grande riqueza hídrica existente naquele Estado. O Piauí tem o Parnaíba, o segundo maior rio em importância no Nordeste (o primeiro é o Velho Chico), mais 2 bilhões de metros cúbicos de água acumulada em represas que não estão tendo a mínima utilidade e a maior reserva de água de subsolo da região (estimada em cerca de 70% de toda a água existente no sedimentário nordestino), sem falar que, no município de Cristino Castro, no vale do rio Gurguéia, existe uma infinidade de poços jorrantes, não se sabendo ao certo o destino que é dado a essa água. Somadas, essas fontes dão ao Piauí o privilégio de ser o Estado hidrologicamente mais rico do Nordeste.

3. INGERÊNCIAS POLÍTICAS REGIONAIS

É evidente, após esse pequeno relato, que o Nordeste tem muita água, faltando apenas o indispensável gerenciamento para que se possa ter acesso a ela. Diante dessa constatação, parece-nos existir, na região, a contraditória impressão de se estar morrendo de sede no deserto com água no joelho. A má gestão é evidenciada também quando vemos mais atentamente alguns aspectos financeiros relativos aos planos de Transposição. Por exemplo, foi editada no **Diário de Pernambuco** de 12 de maio de 2005, um dia após a publicação no **Diário Oficial da União** da licitação dos lotes previstos no projeto, uma matéria intitulada “*Transposição pode ficar 15% mais cara*”, na qual o Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, Cláudio Marinho, reivindicava maiores volumes do rio São Francisco em benefício do seu Estado. Segundo a reportagem, a idéia era dobrar a vazão original de 10 m³/s aduzida do Eixo Norte do projeto para o açude Entremontes, o que permitiria, naquela represa, uma tomada d’água em volumes suficientes para o abastecimento da região de Ouricuri, alterando o traçado original do Canal do Sertão, que previa o transporte de água da barragem de Sobradinho até aquela localidade sertaneja. Já no Eixo Leste, cujo traçado original prevê uma tomada de 8 m³/s, beneficiando a bacia do rio Ipojuca na altura de Arcoverde, o governo pretende a extensão do Ramal do Agreste até Gravatá, onerando em cerca de 15% o custo total do empreendimento.

Diante desses novos fatos – não bastasse o encarecimento da obra –, dois pontos precisam ser esclarecidos pelas autoridades pernambucanas, para uma melhor compreensão da população acerca da participação de Pernambuco no projeto. O primeiro diz respeito aos novos volumes que seriam aduzidos do Eixo Norte para o abastecimento da região de Ouricuri, os quais iriam superpor-se ao abastecimento que já vem sendo realizado pela Adutora do Oeste naquela região, cujas águas são bombeadas do Velho Chico na altura de Orocó. Aliás, essas novas ações pretendidas pelo Estado vêm confirmar as críticas feitas por técnicos ambientalistas (aí nos incluímos), segundo os quais a maior parte dos volumes retirados pela Transposição seria utilizada no agronegócio, principalmente na irrigação de frutas, e não no abastecimento das populações necessitadas, conforme apregoado pelas autoridades governamentais.

O segundo ponto se refere à qualidade das águas do Eixo Leste que iriam chegar até Gravatá, município pertencente à bacia do rio Ipojuca, cujo caudal encontra-se atualmente em situação deplorável de abandono, com suas águas extremamente poluídas pelo lançamento de esgoto *in natura* (doméstico e industrial) advindo das cidades ribeirinhas, dentre elas Caruaru, a segunda maior cidade pernambucana, com cerca de 400 mil habitantes. Sem haver, primeiramente, a revitalização da bacia do Ipojuca, o ato de transpor as águas do São Francisco para o seu leito significará, na nossa ótica, desperdício de tempo e dinheiro público, pois o que se irá conseguir com isso é apenas a diluição da água contaminada pelos dejetos humanos que atualmente correm a céu aberto em toda a bacia hidrográfica daquele rio.

Essa atitude do governo pernambucano de certa forma não nos surpreendeu. Muito pelo contrário. Cremos que acertamos mais uma vez nas nossas previsões, pois, ao longo de uma década de trabalho, em sua grande parte no tratamento das questões sanfranciscanas, temo-nos deparado com fatos no mínimo curiosos. Os Estados exportadores das águas do rio São Francisco localizados abaixo de Pernambuco (Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais) sempre se manifestaram contrários ao Projeto de Transposição pelo fato de não terem nenhuma participação efetiva no mesmo, sendo apenas meros exportadores de suas águas. Já aqueles localizados acima de Pernambuco (Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) sempre se manifestaram favoráveis, por serem receptores e, portanto, os reais beneficiários de suas águas. Por incrível que isso possa parecer, Pernambuco, ao mesmo tempo exportador e receptor das águas do rio e possuidor dos dois pontos de captação das águas do projeto, sempre se mostrou passivo ao processo transpositório, somente agora, com a oficialização do Projeto, pretendendo entrar no processo reivindicatório para ter acesso ao seu quinhão.

Na nossa visão, a edição da matéria do **Diário** oficializou a participação de Pernambuco, que agora se mostra favorável às ações do Projeto e quer nele tomar partido. Isso é óbvio. Apenas gostaríamos de lembrar que o volume atual alocável do rio São Francisco (de 25 m³/s) não é suficiente para a satisfação das demandas exigidas pelo Projeto (uma demandar média de 65 m³/s). Além do mais, a transposição irá operar em sua plenitude em apenas 40% dos anos e, por conseguinte, estará sempre à mercê das águas da represa de Sobradinho, quando esta estiver com 94% de sua capacidade preenchida, o que, segundo a opinião de hidrólogos filiados à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é um fato de difícil ocorrência. Portanto, não seria possível o fornecimento dos volumes excedentes reivindicados por Pernambuco sem pôr em risco todos os investimentos já realizados ao longo da bacia hidrográfica do rio. Para ter idéia dessa problemática, só no setor elétrico foram aplicados na região cerca de US\$ 13 bilhões e o pólo de irrigação, com cerca de 340 mil ha irrigados, vem crescendo a uma taxa de 4% ao ano, exigindo volumes hídricos proporcionais à sua ampliação. Essas características têm resultado em situações conflituosas em ambos os setores (elétrico e irrigacionista), cujo principal agente causador é o uso das águas de um rio que já vem dando sinais de exaustão, tendo como prova principal o racionamento de energia ocorrido em 2001.

O que na realidade faltou ao governo de Pernambuco foi o indispensável aprofundamento das discussões técnicas. Estados doadores e receptores firmaram posição desde o início da divulgação das ações do Projeto pelo governo federal e continuam debatendo essas questões interna e externamente, enquanto Pernambuco ficou numa posição de passividade, apenas aguardando as notícias sobre o andamento do Projeto para se posicionar e nada mais. Na nossa ótica, a atitude tomada um dia após a oficialização das licitações dos lotes deixou o Estado em situação desconfortável perante a sociedade científica nordestina. Esse novo momento nos fez lembrar uma nota que editamos na página da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em abril de 2000, intitulada *Transposição: a gerência da torneira*, na qual apontávamos as ingerências políticas como principais responsáveis, numa situação de seca no Nordeste, pela ineficiência no abastecimento das populações, cujos resultados seriam traduzidos em enérgicas ações reivindicatórias, comparadas a verdadeiras reações em cadeia de uma explosão atômica, na busca da água para o atendimento das suas necessidades.

4. DIVERGÊNCIAS E DESAVENÇAS

De há muito se sabe das limitações volumétricas do rio São Francisco. O Plano Decenal elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica restringiu o uso para o abastecimento humano e dessedentação animal, em caso de escassez comprovada. Entretanto, as deliberações do Comitê vieram de encontro às expectativas do governo federal, que vem trabalhando no sentido de usar as águas do São Francisco para o agronegócio, num claro desrespeito às possibilidades técnicas e às restrições do Comitê na execução da obra. Tais questões ficaram muito claras nos debates para aprovação do mencionado Plano. As autoridades governamentais não reconheceram o mérito do conteúdo existente no documento elaborado pelo Comitê, principalmente quanto ao uso das águas fora dos limites da bacia do rio, levando a discussão para a esfera do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (instância superior à do Comitê da Bacia) para análise e aprovação, com a inclusão do uso mais abrangente da água (inclusive para o agronegócio). Isso foi conseguido com muita facilidade, dada a ampla maioria de votos do governo federal no âmbito do Conselho.

Esse desgaste inicial entre o Comitê e o governo federal não veio em boa hora. Realmente, o Projeto vai ser executado num rio comprovadamente limitado em termos volumétricos, tendo como principal prova disso a crise energética de 2001, ocasião na qual a represa de Sobradinho (que regulariza a vazão do São Francisco) chegou a acumular apenas 5% do seu volume útil. Nesse sentido, é bom lembrar que o rio São Francisco é responsável por mais de 95% da energia gerada no Nordeste. Essas questões foram ratificadas posteriormente num encontro promovido pela SBPC em Recife, em agosto de 2004, por nada menos que quarenta dos principais expoentes da hidrologia nacional, reunidos para discutir a transferência de águas entre grandes bacias hidrográficas, com enfoque especial no Projeto de Transposição do rio São Francisco.

Na reunião de Recife, os volumes do rio foram exaustivamente analisados,

tendo os técnicos chegado à conclusão que o rio tem um volume alocável de apenas 360 m³/s, dos quais 335 m³/s já foram outorgados, isto é, estão com o direito de uso assegurado. O que resta nesse balanço volumétrico é apenas 25 m³/s para serem utilizados num projeto cuja demanda média será de 65 m³/s, podendo a vazão máxima atingir cerca de 127 m³/s, de forma que o rio já não dispõe, hoje, dos volumes necessários ao atendimento das demandas do projeto. O diferencial volumétrico para satisfazer tais demandas somente será obtido na represa de Sobradinho quando esta estiver com 94% de sua capacidade preenchida, ou seja, quando estiver praticamente cheia. De acordo com os hidrólogos da SBPC, essa aproximação volumétrica só será possível em 40% dos anos, pois a tendência da represa de Sobradinho, desde a época de sua construção, é de encher 4 vezes a cada 10 anos. Portanto, na nossa ótica, o Projeto tem um orçamento demasiadamente elevado para ser utilizado em atividades cujo funcionamento pleno só será possível em apenas 40% dos anos. Para ter uma idéia dessa problemática, a represa de Sobradinho verteu em 1997 e voltou a verter em 2004. Nesses sete anos, a bacia do rio passou por secas sucessivas, culminando, em 2001, com a mais séria crise energética da nossa história.

Essas questões têm preocupado as populações ribeirinhas, principalmente as comunidades indígenas que habitam áreas próximas às tomadas das águas do Projeto, receosas que o rio chegue à exaustão e prejudique a agricultura ali praticada. De fato, em função dos volumes retirados e de sua aplicação, pode-se ter, no rio São Francisco, os problemas já existentes nos rios Colorado, nos Estados Unidos, e Amarelo, na China, cujos caudais já não chegam mais à foz, por conta do uso indiscriminado das águas ao longo de suas bacias. O rio Colorado, por exemplo, recuou 100 km de sua foz, dando lugar à formação de um deserto pelo processo de salinização a que a área de sua primitiva embocadura foi submetida. No caso do São Francisco, isso irá depender da forma segundo a qual serão empreendidas as retiradas dos volumes, principalmente em épocas de estiagens. Quem irá coordenar e de que maneira será feita a abertura e o fechamento das torneiras? As comunidades ribeirinhas têm toda razão de ficarem preocupadas com as incertezas nos gerenciamentos volumétricos das águas e certamente ninguém quer para o Velho Chico a mesma sorte (ou azar) dos rios Colorado e Amarelo.

Também é preocupante a inquietação que o Projeto está causando ao povo nordestino. Como já dissemos, as desavenças existentes entre os Estados exportadores e receptores das águas do São Francisco são enormes. Para pôr mais lenha nessa fogueira, o posicionamento oficial do governo de Minas Gerais, contrário ao Projeto de Transposição, certamente irá abalar as determinações do atual governo em realizar a obra conforme vinha pretendendo, exigindo novas rodadas de negociações por parte dos nossos dirigentes, sob pena do governo sair arranhado em suas pretensões de criar uma obra grandiosa até o fim de seu mandato.

5. QUESTÕES TÉCNICAS PREOCUPANTES

Algumas questões técnicas relativas ao Projeto devem ser trazidas a público. A construção dos 700 quilômetros de canais a serem abertos em plena caatinga nordestina, localizados em geologia cristalina, os piores solos da região, nos

convença do total desconhecimento técnico da região e das implicações desastrosas sobre o ecossistema, as fontes de água e o erário público. Nesse tipo de geologia, os solos são rasos e pedregosos e a rocha que os originam está praticamente à superfície, chegando a aflorar em alguns pontos. Isso significa que a construção de canais (previstos para ter 25 m de largura, 5 m de profundidade e 700 km de extensão) em tal situação volta e meia encontrará rochas em seu traçado, o que demandará, em muitos casos, o uso de explosivos para a desobstrução de seu caminho, dificultando e atrasando o cronograma de execução da obra. Partindo-se da premissa de que, nessas condições, é possível a execução de 100 metros de canal por dia – difícil de ser alcançado devido às dificuldades já relatadas –, seriam necessários cerca de 7 mil dias (ou mais de 17 anos) para a conclusão das obras.

Outro aspecto diz respeito ao número de pessoas atendidas pelo Projeto. Segundo as autoridades, serão abastecidas 12 milhões de pessoas no Semi-Árido nordestino. Ora, os Estados receptores das águas do rio São Francisco (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) possuem uma população de 13,5 milhões de habitantes. Excluídos desse total o contingente populacional já atendido pelo abastecimento de água nas grandes capitais e nos principais centros urbanos, o número de pessoas cai para 9,5 milhões. A pergunta que não quer calar é a seguinte: onde estão esses 12 milhões de habitantes que serão atendidos pelo Projeto?

Preocupa-nos, ademais, a informação de que o governo federal pretende desapropriar 2,5 km de terras em ambos os lados dos canais, ao longo de seus 700 km, beneficiando uma área de 350 mil ha de terras para o desenvolvimento da agricultura familiar regional. Sem tirar o mérito e a importância de apoiar a agricultura nordestina, cabe um alerta: com a inexistência de estudos de aptidão de solos nesses locais, fica difícil a obtenção de êxito no empreendimento, já que estas terras, de péssima qualidade (por conta de sua geologia cristalina), não se prestam ao uso em atividades irrigacionistas. Pretender dar apoio à agricultura familiar nessas condições edáficas, com o uso irrestrito das águas do Velho Chico, irá resultar em riscos previsíveis, com conseqüências incalculáveis.

Outro assunto que merece ser citado diz respeito ao exagerado índice evaporimétrico existente na região por onde irão passar os canais (estima-se na região semi-árida um potencial evaporimétrico da ordem de 2.000 mm ao ano), o que resultará numa evaporação exacerbada das águas transpostas. As dimensões dos canais já citadas anteriormente e a constante movimentação da água no seu interior irão facilitar sobremaneira as perdas por evaporação. Além do mais, existem as perdas ditas casuais, motivadas pelo desvio da água. Isso será uma realidade, principalmente em comunidades próximas aos canais, as quais, em anos secos, buscarão o abastecimento de qualquer forma, facilitadas que serão pela ausência ou incapacidade da ação de órgãos fiscalizadores na região. Certamente, os volumes de água calculados para o abastecimento dos Estados receptores do Projeto terão que ser revistos, diante das perdas imprevisíveis e inevitáveis num Projeto dessa magnitude.

Mais um ponto importante concerne ao custo da água do rio São Francisco

para os Estados receptores do Projeto. Segundo informações existentes no Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais (EIA-RIMA), o metro cúbico de água custará cerca de R\$ 0,11. Esse valor é proibitivo para uso no agronegócio, principalmente em atividades irrigacionistas, se considerarmos o custo cobrado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) aos seus colonos, de R\$ 0,023 por metro cúbico. Tudo leva a crer que, para tornar viável o Projeto, as autoridades vão valer-se dos subsídios cruzados, ou seja, as tarifas de águas dos grandes centros urbanos que não receberão as águas do rio São Francisco deverão ser aumentadas para viabilizar o agronegócio. Nesse sentido, já foi divulgada na imprensa de Pernambuco a possibilidade de um aumento na tarifa da água da cidade do Recife de cerca de 30% para a viabilização do Projeto.

Finalmente, é oportuno comentar mais uma vez a participação de Pernambuco no Projeto de Transposição quando, em maio de 2005, o governo do Estado sugeriu ao Ministério da Integração que o Eixo Norte fosse substituído pelo Canal do Sertão, alternativa que beneficiaria os melhores solos pernambucanos (cerca de 150 mil ha) e o Eixo Leste fosse acrescido de um Ramal (do Agreste) na altura do município de Arcoverde para possibilitar a chegada da água ao município de Gravatá, na bacia do rio Ipojuca. Naquela ocasião, a resposta do Ministério não foi muito animadora, tendo em vista o encarecimento em até 15% (R\$ 675 milhões) do custo total da obra (orçada, então, em R\$ 4,5 bilhões). Posteriormente, porém, o referido Ministério enviou carta ao governo de Pernambuco confirmando que Pernambuco terá um terceiro eixo (o Eixo Oeste, antigo Canal do Sertão) e que as águas no Eixo Leste, no chamado Ramal do Agreste, chegarão até o município de Pesqueira, encarecendo o projeto dessa feita em cerca de R\$ 1 bilhão. Esses assuntos foram tratados na edição do **Diário de Pernambuco** de 30 de julho de 2005. Não há dúvida que, ao fazê-lo, o governo federal está tentando capitalizar o apoio político do governador Jarbas Vasconcelos com um Projeto fadado ao fracasso.

Considerávamos, antes, que o principal empecilho era o custo, pois a substituição do Eixo Norte pelo Canal do Sertão e a extensão do Ramal do Agreste até Gravatá, como proposto inicialmente, iria onerar a obra em torno de 15%. Agora, falam num custo de cerca de R\$ 1 bilhão. O governo federal não tem dinheiro para isso. Para piorar o quadro, lembramos que a obra teve embargadas suas atividades pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a partir de liminar concedida pela Justiça Federal da Bahia, a qual proibiu o início das obras por causa de pendências ambientais. O Tribunal de Contas da União (TCU) também detectou possíveis irregularidades na licitação em curso.

Para complicar ainda mais a situação, o Nordeste brasileiro começará a enfrentar o risco da falta de energia elétrica já a partir de 2009. Essa assertiva foi prognosticada pela Operadora Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que, em 9% dos 2.000 cenários utilizados em simulações, apontou para um déficit de 1% da carga local, o que significa dizer que, naquele ano, a demanda de energia elétrica estará 87 MW médios acima da oferta da região. Vale esclarecer que o nível considerado seguro pela ONS é de um percentual abaixo de 5% nas simulações realizadas. Portanto, com a participação de

Pernambuco e a nova estrutura físico-financeira imposta ao projeto, é possível prognosticar o agravamento da situação hidrológica do rio, inclusive com possibilidade de colapso nos fornecimentos volumétricos futuros.

No cenário acima descrito, a inclusão da proposta pernambucana, usando as águas de um rio que já não dispõe dos volumes mínimos necessários para o atendimento das demandas previstas no projeto original, somada à ameaça real de falta de energia em 2009, é, no mínimo, um ato inconstitucional. Caso o governo federal venha a implementá-la da forma pretendida, causará o caos, pois estará deflagrando a espoleta do desmantelo, com enormes possibilidades do Nordeste voltar a conviver com o fantasma dos feriados, dos racionamentos e dos apagões. É viver para crer.

* *João Suassuna é engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), de Recife (PE). Do mesmo Autor, ver "Potencialidades hídricas do Nordeste brasileiro" (Cadernos do CEAS, 217: 61-81. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2005). [josu@fundaj.gov.br]*